

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.018.944 - RJ (2016/0304568-3)

AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
ANA PAULA ALBUQUERQUE DE MELO E OUTRO(S) -
RJ155460
AGRAVADO : MARCOS VENICIUS VARGAS PECANHA
ADVOGADO : FERNANDA FIGUEIREDO GARRIDO E OUTRO(S) -
RJ107109

DECISÃO

Na origem, trata-se de ação que objetiva a condenação da parte ré ao pagamento de licenças-prêmio, prêmio aposentadoria e indenização por dano moral à parte autora da demanda, com valor da causa fixado em R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais). Na sentença julgou-se parcialmente procedente o pedido. No TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a sentença foi parcialmente reformada, conforme a seguinte ementa do acórdão:

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DESTE RELATOR QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELA AGRAVANTE.

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. CEDAE. DEMANDA PROPOSTA POR EX-FUNCIONÁRIO APOSENTADO. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE PREVIA O PAGAMENTO DE PRÊMIO APOSENTADORIA E LICENÇA PRÊMIO. PRETENSÃO DE CONDENÇÃO NO PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO NA PROPORÇÃO DE NOVE MESES, EQUIVALENTE A NOVE SALÁRIOS MÍNIMOS; PRÊMIO APOSENTADORIA, NA PROPORÇÃO DE SEIS PISOS SALARIAIS, CORRESPONDENTES A SEIS SALÁRIOS MÍNIMOS; E DANOS MORAIS, NO PATAMAR DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. SENTENÇA QUE CONDENOU A RÉ A PAGAR AO AUTOR INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 45 DIAS DE LICENÇA-PRÊMIO QUE, CONVERTIDA EM PECÚNIA, CORRESPONDE A UM SALÁRIO-BASE E MEIO E RECONHECEU A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. APELO DA RÉ. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. NAS HIPÓTESES EM QUE HÁ AMPARO LEGAL PARA O REQUERIMENTO DE CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO, TAL SE DÁ SOMENTE A PARTIR DA APOSENTADORIA, QUANDO NÃO MAIS É POSSÍVEL AO EX-SERVIDOR USUFRUIR A ALUDIDA LICENÇA. PRECEDENTES. REQUERIMENTO DEDUZIDO EM 2006, POR OCASIÃO DA APOSENTADORIA. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS QUE NÃO TEM QUALQUER CARACTERÍSTICA DE DISCRICIONARIEDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EQUIVOCADAMENTE RECONHECIDA. AUTOR QUE DECAIU DA MAIOR PARTE DE SEU PEDIDO. PARCIAL

PROVIMENTO DO RECURSO, PARA CONDENAR O AUTOR NO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS, COM A RESSALVA DO ARTIGO 12 DA LEI 1.060/50, E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS). DECISÃO MONOCRÁTICA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 224-230).

Interposto recurso especial, alega a parte recorrente violação dos seguintes dispositivos: artigos 1.022, II, e 489, parágrafo primeiro, ambos do CPC/2015. Negou-se seguimento ao recurso especial na origem (fls. 317-321).

Foi interposto agravo em recurso especial (fls. 240-257).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial. Passo a analisar o recurso especial.

O recurso merece provimento.

A parte recorrente, em seu recurso especial, alega que o tribunal *a quo* não se posicionou em relação à incompetência absoluta da Justiça Estadual para a apreciação e decisão da demanda em comento, conforme o seguinte trecho retirado do recurso em tela (fls.247):

Contudo, o Tribunal não havia enfrentado, desde a decisão monocrática e novamente no acórdão a questão da incompetência absoluta da justiça estadual e a competência da justiça do trabalho para o julgamento da causa posta sub judice. Diante disto, a recorrente interpôs embargos de declaração prequestionatórios, com o fito de suprir referida omissão. Contudo, os embargos foram desprovidos sem que a omissão fosse sanada.

Em contrapartida, o Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, analisando os embargos de declaração opostos, decidiu que a omissão levantada pela recorrente é inexistente, já que o tribunal explicitou claramente seus fundamentos, conforme o seguinte trecho do acórdão em tela (fl. 224):

Inicialmente, quanto à matéria objeto de prequestionamento, não há que se falar em omissão na espécie, eis que os preceptivos que se aplicam foram perfeitamente identificados no acórdão, não cabendo ao órgão julgador enfrentar questões aduzidas pelas partes que não têm correspondência com a motivação adequada.

Assiste razão ao recorrente, no que toca à alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

De fato, o recorrente apresentou questão jurídica relevante, qual seja: omissão do tribunal em relação à incompetência absoluta da Justiça

Estadual para o julgamento da presente ação. Apesar de provocado, por meio de embargos de declaração, o Tribunal *a quo* não apreciou a questão (fls. 224-230).

Nesse contexto, diante da referida omissão, apresenta-se violado o art. 1.022, II, do CPC/2015, o que impõe a anulação do acórdão que julgou os embargos declaratórios, com devolução do feito ao órgão prolator da decisão para a realização de nova análise dos embargos.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. RECURSO ESPECIAL DO MPF PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM A FIM DE QUE SUPRA A OMISSÃO APONTADA, PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Da análise dos autos, verifica-se de que as alegações apresentadas pelo Ministério Público Federal, em sede de Embargos Declaratórios, especialmente quanto a importância ambiental da área, que abriga espécime raro e as falhas apontada no Estudo de Impacto Ambiental, não foram realmente analisados pela Corte local.

2. Com a oposição dos Embargos de Declaração, foi expressamente solicitada a manifestação do colegiado acerca de tais questões, de forma que lhe cabia analisar o ponto omissivo/contraditório e sanar a irregularidade apontada. Não tendo o Tribunal sequer feito referência a isso, de fato, houve violação do art. 535, II do CPC, o que importa a reforma da decisão.

3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido (AgRg no REsp n. 1.221.403/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Dje de 23/8/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os princípios da fungibilidade recursal e da economia processual autorizam o recebimento de embargos de declaração como agravo regimental.

2. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

3. Agravo regimental não provido (EDcl no AgRg no REsp n. 1.561.073/AL, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 18/4/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *c*, do RISTJ, conheço do agravo em recurso especial para conhecer do recurso

especial e lhe dar provimento, de modo a anular o acórdão que julgou os embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que se manifeste especificamente sobre as questões articuladas nos declaratórios.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

